



MEDIEVALISTA

N.º 37 | Janeiro – Junho 2025

ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O Amor em Portugal na Idade Média*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020.

Cátia Teixeira

Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
4150-564 – Porto – Portugal

Associação dos Professores de História
1300-003 – Lisboa – Portugal

catia.teixeira90@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8445-3060>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Setembro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/134bo>



O Amor em Portugal na Idade Média, da autoria de Ana Rodrigues Oliveira (Doutorada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro do Instituto de Estudos Medievais da mesma Faculdade), não se trata de um romance histórico ao contrário do que o título poderia sugerir-nos, mas sim de um compêndio de historiografia portuguesa. A obra não faz alusão ao “amor” tal como o conhecemos, uma emoção ou sentimento que induz grande afeição ou afinidade, mas sim um “amor” complexo e, muitas vezes, ambíguo. A autora apresenta algumas questões como “em que consistiria o amor para o Homem da Idade Média?”, “que significado teria para Ele o casamento?” e “Envolveriam os casamentos medievais algum sentimento?” cujas respostas lhe permitem estabelecer um retrato do “amor” no Portugal medieval.

A autora inicia a obra com uma importante elucidação sobre a visão da Igreja Medieval, enquanto autoridade moral e religiosa que “moldou” a ética e os valores da sociedade medieval, sobretudo no que se refere ao papel das mulheres e à disseminação da sua imagem pecaminosa. A sua base ideológica, sustentada pelo suporte da Bíblia, teve uma ampla difusão dentro da sociedade medieval, cuja propagação das palavras sagradas e de todo o conhecimento caberia aos homens da Igreja¹. É claro que o “amor” para a Igreja não seria o amor entre homem e mulher, mas sim o amor a Deus. De facto, a Igreja estabeleceu como perfeição a virgindade e o celibato², e apenas aceitou o casamento como forma de controlar a sexualidade. Esse controlo incidia sob uma série de restrições relativas ao ato sexual entre os cônjuges, cuja finalidade recaía apenas na procriação. Qualquer outra forma de entender o ato sexual matrimonial era abominada pela Igreja, pois reconhecia o prazer enquanto pecado da luxúria. Por outro lado, o casamento estava intimamente relacionado com as relações político-económicas da nobreza e, sobretudo, da

¹ AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

² ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vols. I, II. Porto: Portucalense Editora / Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

realeza³. Os primeiros pontos da obra retratam o casamento medieval, precisamente entre os membros da nobreza, como uma forma de assegurar o futuro da linhagem. O casamento medieval constituía-se como uma prática em torno do controlo da mulher e do seu corpo pela parentela masculina, fosse ela o pai, o marido, ou mesmo, o filho mais velho⁴. O casamento era, assim, um ato social revestido por um carácter prático e fundamentalmente materialista. Menos austero, menos reprimido e menos uniforme encontramos o *Amor Popular*, como refere a autora no ponto sete. Os ensinamentos da Igreja através da sua profunda base ideológica não estavam restritos ao clero e à nobreza. Os mesmos estavam enraizados na sociedade medieval como um todo, da qual o povo, claramente numeroso, fazia parte. Ainda assim, o povo, e em particular as populações dos meios rurais, teriam um maior acesso ao “amor” devido aos espaços de encontro diversificados e menos controlados como as festas religiosas e populares, sobretudo procissões e romarias, bem como as fainas agrícolas que envolveriam a família alargada e até vizinhos.

Os pontos quatro e cinco do livro exploram os relacionamentos não só afetivos e fugazes como também aqueles envoltos em inimizade ou inércia de figuras da historiografia portuguesa, sobretudo da realeza. Prosseguindo, é particularmente interessante como a autora explora o ponto seis, intitulado *O Amor-Bruxo ou de Medicina e Magia*. A magia e a bruxaria são denominações que se associam de imediato aos poderes ocultos, aos perigos, ao engano e à mentira⁵. É importante referir que durante a Idade Média há um gosto pelo maravilhoso e pelo fantástico através da representação, tanto textual como figurativa, dos seres naturais em formas animais ou antropomórficas onde a hibridização prepondera – a esta componente simbólico-alegórica ombreia o Bestiário Medieval⁶. A interligação entre o sagrado e o profano, tal como refere a autora, é sinónimo do período medieval onde a sociedade, apesar de profundamente cristã, continuou a manter um conjunto de ritos mágicos e superstições que perduraram no tempo. Contudo, o discurso da

³ ALMEIDA, Adriana R. de – “Perspetiva sobre a história das emoções. O casamento de D. Leonor de Portugal com o imperador Frederico III (1452)”. In *Casamentos da Família Real Portuguesa Diplomacia e Cerimónia*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, pp. 253-287.

⁴ OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

⁵ BETHENCOURT, Francisco – *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶ BASCHET, Jérôme L. – *Iconographie Médiévale*. Paris: Gallimard, 2008.

autora explora outra realidade em oposição ao caráter malévolo e obscuro dessas denominações. O título remete-nos para o imaginário da magia onde o “amor” é o protagonista. Desde a ingestão de carne de tartaruga, uma vez consagrada ao amor e à fertilidade, à mistura de sangue menstrual na comida do marido, servido quente ou frio. Todavia, a prática de mezinhas ou outros sortilégios não se resumia apenas às mulheres que queriam ser amadas. Os chamados “desamores” também foram causa de mezinhas de composição doméstica e até de bruxarias. Certas “receitas” peculiares “ajudavam” a diminuir a apetência sexual ou até mesmo garantir a impotência do marido, tais como, comer flores de salgueiro ou de álamo ou beber quarenta formigas fervidas em sumo de narciso.

Após uma abordagem relativamente ténue, no ponto seis, deparamo-nos com uma realidade mais pesada e pungente nos pontos oito, nove e dez. Algumas das *Transgressões do Amor* incluem o adultério, a violação, o rapto e a prostituição. A homossexualidade e o incesto abordam o “amor” enquanto *contra naturam*, e a disfunção sexual, a lepra e a peste englobam os males do “amor”. Na sua generalidade, eram as mulheres os alvos fáceis e de grande vulnerabilidade face às agressões sexuais, ao julgamento e ao abandono emocional e económico numa sociedade onde as regras e os costumes não eram, frequentemente, respeitados, sobretudo no que concerne às mulheres dos estratos mais desfavorecidos da população. Relativamente à peste enquanto mal do “amor”, esta era vista pela Igreja como produto do pecado sexual, uma vez que o pecado purgava através dos poros devido ao mau comportamento sexual do leproso. Este comportamento poderia englobar várias causas como praticar relações sexuais durante a menstruação, ter relações com uma mulher leprosa ou até mesmo na crença associada ao ardor sexual do leproso⁷. A autora não termina a sua obra com temas “sérios” e “sombrios”, pois o último ponto retrata outras formas de “amor”. A palavra “amor” não só se refere ao amor entre homem e mulher, como vimos anteriormente, mas também ao amor paternal ou fraternal, ao amor filial, entre outros amores de similar contextura. É importante referir que, para além de “amores”, surgiram “desamores”, sobretudo, no seio de famílias nobres e régias. Rivalidades, confrontos e desentendimentos

⁷ LEYSER, Henrietta – *Medieval Women. A Social History of Women in England 450-1500*. Londres: Phoenix Press, 1995.

entre membros da família régia portuguesa encontram-se documentados. A maioria dos relatos retratam essa animosidade como resultado dos conflitos em torno da política institucional e militar do reino, tal como acontecera com D. Afonso II e as suas irmãs ou com D. Sancho II e o seu irmão D. Afonso III⁸. Apesar de inúmeras contendas ao longo da História da Idade Média em Portugal, também existem referências ao amor paternal ou fraternal, e ao amor filial, caso da afeição que D. Duarte sentia pelos seus irmãos e pelo seu pai, D. João I⁹.

Em suma, a palavra “amor” na Idade Média não correspondia à imagem que temos do amor contemporâneo. Os excessos e a luxúria eram vistos com desagrado pela Igreja, para a qual o “verdadeiro amor” deveria ser dedicado a Deus. Os próprios casamentos, com especial foco no matrimónio régio, eram realizados em função de interesses sociais e materiais. De facto, o amor contemporâneo acaba por incidir na sua larga maioria como uma *causa* do casamento em oposição ao “amor” medieval, época em que seria mero *fruto do acaso*. Esse “amor” nem sempre se exprimia na forma de amor fugaz e loucura paixão, mas sim de afeição e, por vezes, de cordialidade. Dessa forma, percebemos através desta obra historiográfica que o “amor” medieval se veste de diferentes formas; não é estático porque modifica-se e adapta-se no tempo, particularmente perante situações ou relações complexas. Nós, enquanto sociedade contemporânea, temos alguma tendência para construir comparações de forma a projetarmos a nossa vivência sobre esses comportamentos. É, assim, fundamental que obras historiográficas completas como *O Amor em Portugal na Idade Média* nos ajudem a entender e questionar certos comportamentos e discursos que outrora foram vigentes no período em que vigoraram.

⁸ MATTOSO, José – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁹ DUARTE, D. – “Da pratica que tínhamos com El Rei, meu senhor e Padre, cuja alma Deos haja”. In *Leal Conselheiro*. Edição de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 350-351.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

DUARTE, D. – “Da pratica que tínhamos com El Rei, meu senhor e Padre, cuja alma Deos haja”. In *Leal Conselheiro*. Edição de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 350-351.

Estudos

ALMEIDA, Adriana R. de – “Perspetiva sobre a história das emoções. O casamento de D. Leonor de Portugal com o imperador Frederico III (1452)”. In *Casamentos da Família Real Portuguesa Diplomacia e Cerimónia*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, pp. 253-287.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vols. I, II. Porto: Portucalense Editora / Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BASCHET, Jérôme L. – *Iconographie Médiévale*. Paris: Gallimard, 2008.

BETHENCOURT, Francisco – *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

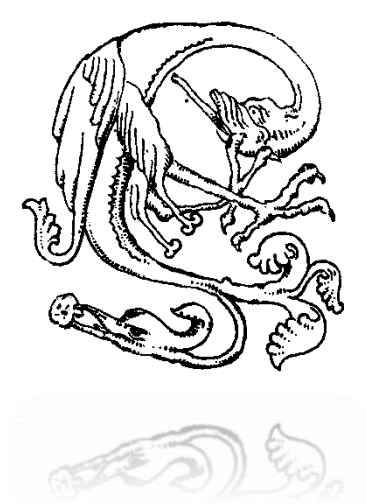
LEYSER, Henrietta – *Medieval Women. A Social History of Women in England 450-1500*. Londres: Phoenix Press, 1995.

MATTOSO, José – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

TEIXEIRA, Cátia – “OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O Amor em Portugal na Idade Média*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020”. *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 387-393. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).